



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



PATRIMÔNIO
DA SOCIEDADE
BRASILEIRA

RELATÓRIO

OFICINA DE TRABALHO "COOPERAÇÃO COM A UNIVERSIDADE PARIS 8, UNIVERSIDADE DE COIMBRA (CENTRO DE ECOLOGIA FUNCIONAL - CEF E CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS - CES) E UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA, NA PERSPECTIVA DO PROJETO DA UNIVERSIDADE COOPERATIVA INTERNACIONAL - LUCI"

LUCI



FÓRUM DE
COMUNIDADES
TRADICIONAIS
ANGRÁ • PARATI • UBATUBA



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



PATRIMÔNIO
DA SOCIEDADE
BRASILEIRA

RELATÓRIO

OFICINA DE TRABALHO COOPERAÇÃO COM A UNIVERSIDADE PARIS 8,
UNIVERSIDADE DE COIMBRA (CENTRO DE ECOLOGIA FUNCIONAL - CEF E CENTRO
DE ESTUDOS SOCIAIS - CES) E UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA, NA PERSPECTIVA
DO PROJETO DA UNIVERSIDADE COOPERATIVA INTERNACIONAL - LUCI

Por: Marina Tarnowski Fasanello (Neepes/ENSP) e Diogo Ferreira da Rocha – (Neepes/ESNP)

LUCI

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

PRESIDENTE

Nísia Trindade Lima

VICE-PRESIDENTE de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde

Marco Antônio Carneiro Menezes

I. Apresentação:

objetivo e antecedentes 6

1.1 OBJETIVO DA OFICINA 6

1.2 ANTECEDENTES E CONTEXTO INSTITUCIONAL 6

II. Princípios e pressupostos institucionais e epistemológicos para a cooperação internacional discutidas pela oficina 9

2.1 BASES, PRINCÍPIOS E PRESSUPOSTOS INSTITUCIONAIS 9

Modernidade, globalização e processo civilizatório

Relação Sul-Sul e parcerias com as instituições europeias

Diálogo entre instituições de pesquisa do Norte e do Sul

Reconhecimento da diversidade dos saberes e conceitos articuladores como oportunidade de renovação epistêmica e paradigmática

Saúde Coletiva, relação com as medicinas tradicionais e valorização dos sistemas de saúde locais

Academia produzindo junto com os movimentos sociais

Protagonismo dos sujeitos territoriais

Cooperação e trabalho em rede para a resistência solidária tempos sombrios

Desterritorialização e controle sobre o território e os modos de vida

A importância da tradução intercultural

A 'governança viva' da cooperação deve ser compartilhada

A institucionalização cuidadosa é importante para a continuidade e resiliência da cooperação

Priorizar o olhar solidário sobre os grupos mais vulneráveis e invisibilizados

Sumário

2.2 PREMISSAS EPISTEMOLÓGICAS	12
Atuar dentro da Saúde Coletiva	
Referência nas epistemologias do Sul	
Promoção emancipatória da saúde	
Geografia Crítica e Humanística	
Cartografia Social	
Metodologias de pesquisa	
Vigilância Popular da Saúde	
III. Sugestão de encaminhamentos preliminares a serem discutidos com os parceiros	17
IV. Banco de dados de referências bibliográficas	19
V. Painéis de Facilitação Gráfica	22
VI. Palavras chaves	24
ANEXO I - LISTA DOS PARTICIPANTES DA OFICINA	25
ANEXO II - APRESENTAÇÃO DOS PRINCIPAIS PROJETOS E GRUPOS DE PESQUISA DA FIOCRUZ OU COM ELAS ARTICULADOS	26
ANEXO III - FOTOS	33

Sumário

|.

Apresentação: objetivo e antecedentes

1.1 OBJETIVO DA OFICINA

A oficina teve como objetivo a elaboração da contribuição preliminar do marco epistêmico-conceitual da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) para a proposta de cooperação com a Universidade Paris 8, Universidade de Coimbra (Centro de Ecologia Funcional - CEF e Centro de Estudos Sociais - CES) e Universidade Nova de Lisboa (UNL), na perspectiva do Projeto da Universidade Colaborativa Internacional.

Para tanto, reuniu-se um grupo de pesquisadores da Fiocruz que estão trabalhando na articulação teórico-conceitual e metodológica da Saúde Coletiva com novos temas e campos de conhecimento, em especial: as epistemologias do Sul, promoção emancipatória da saúde, educação popular, ecologia política, geografia crítica, abordagens territorializadas, epidemiologia crítica, ecologia de saberes, agroecologia, conhecimentos tradicionais (incluindo comunidades indígenas, quilombolas, povos de matriz africana, moradores de favelas e camponeses), bem viver, dentre outros.

1.2 ANTECEDENTES E CONTEXTO INSTITUCIONAL

Em seu 120º ano, a Fiocruz, como uma das mais destacadas instituições de ciência e tecnologia em saúde da América Latina, pauta sua atuação no conceito ampliado de saúde em toda sua extensão. Isso inclui desde a pesquisa básica e aplicada até a organização de serviços, insumos e sistemas de saúde, atenção, assistência, prevenção e promoção, com destaque para o compromisso com o Sistema Único de Saúde (SUS). Articula-se saúde e desenvolvimento social para gerar e difundir conhecimento científico e tecnológico, e dessa forma ser um agente da cidadania. A missão institucional da Fiocruz e seus valores encontram-se em vídeo produzido para este fim (<https://youtu.be/9qq1Qz2kbY>).

Desde os anos 1970 a saúde coletiva tem se fortalecido no âmbito da Fiocruz. Trata-se de um campo de conhecimentos e práticas interdisciplinares oriundo principalmente da Medicina Social Latino-americana, e tem pautado teoricamente várias instituições acadêmicas e a construção de políticas públicas de saúde no Brasil. A saúde coletiva traz em seu bojo o forte compromisso com a democracia e a redução das desigualdades sociais em saúde.

Nesse sentido, seguindo a histórica luta por direitos, num momento de crise política e econômica vivida pelo país, em 2017, foi realizado o VIII Congresso Interno da Fiocruz que teve como tema “A Fiocruz e o Futuro do SUS e da Democracia”, reforçando o papel da ciência, tecnologia e inovação como pilar do desenvolvimento econômico, social e humano, devendo estar articulada com as necessidades de saúde da população.

Entre as 11 teses aprovadas por unanimidade pelo Conselho Deliberativo, destacamos três que se relacionam diretamente com esta proposta de cooperação:

- **Tese 3:** a Fiocruz – na geração de conhecimentos, em suas diversas áreas de atuação – deve ser orientada para o cumprimento da sua missão e o diálogo com a sociedade, e organizada de forma a produzir novas abordagens, alternativas e inovações que favoreçam a consolidação do SUS;
- **Tese 6:** a agenda 2030 da organização das nações unidas é a mais abrangente referência internacional do período contemporâneo para a mobilização de valores, direcionamento de modelos de desenvolvimento inclusivos e sustentáveis, justiça social e construção de alianças para a realização desse ideário. Constitui-se, portanto, importante marco de referência para a Fiocruz construir sua nova agenda e perspectivas de médio e longo prazos;
- **Tese 10:** a Fiocruz se faz presente e está comprometida com um mundo mais solidário e igualitário, por meio da cooperação técnica internacional, baseada nos conceitos de diplomacia da saúde e ciência e tecnologia em saúde no contexto da saúde global.

Seguindo essas diretrizes, a Fiocruz vem ampliando suas cooperações internacionais, firmando acordos estratégicos com instituições de grande relevância em todo mundo.

O presente projeto de cooperação nasce da integração com estas três universidades (Paris 8, Coimbra e Nova de Lisboa), que já possuem acordos assinados e ações realizadas com diferentes unidades da Fiocruz que se coadunam com o ideário da saúde coletiva e da saúde global compromissada com a redução das desigualdades em saúde. Com a presente cooperação busca-se um projeto integrador que vem ao encontro dos anseios e necessidades de se avançar na rede de cooperação sul-sul e norte-sul, ampliando-se na perspectiva de uma cooperação multilateral articulada e solidariamente construída.

A cooperação dá continuidade à missão estratégica da Fiocruz para desenvolver espaços de articulação que estabeleçam diálogos interdisciplinares e interculturais da

saúde coletiva entre as instituições envolvidas, em especial com as ciências sociais e humanas, a educação e as ciências ambientais, coadunando-se com os referenciais pós-coloniais, como o das epistemologias do Sul, uma das bases conceituais da cooperação.

Pretende-se com ela construir uma estratégia visionária por meio de mecanismos e processos capazes de fornecer respostas aos desafios contemporâneos diante das diversas crises em curso de natureza social, econômica, democrática, sanitária e ecológica. Espera-se que o processo de cooperação, a ser desenvolvido de forma colaborativa entre as partes, contribua para um pensamento inovador, onde tais crises aprofundem a determinação socioambiental do processo saúde-doença, neste momento crucial da humanidade, em que uma pandemia de magnitude inédita nos últimos cem anos, a pandemia do Covid-19, assola o planeta. Esta gravidade traz a urgência de uma reflexão sobre o enfrentamento de crises que há décadas expõem os limites da dita modernidade que se expandiu da Europa para o resto do mundo há pelo menos quinhentos anos. Atualmente essa modernidade se expressa hegemonicamente pelo sistema capitalista globalizado, financeiro, consumista e neoextrativista que afeta o conjunto do planeta, embora de forma desigual os grupos e territórios mais vulneráveis e invisibilizados do Sul Global.

II.

Princípios e pressupostos institucionais e epistemológicos para a cooperação internacional discutidas pela oficina

2.1 BASES, PRINCÍPIOS E PRESSUPOSTOS INSTITUCIONAIS

Ao longo da oficina foram realizadas vários debates e intervenções que discutiram as bases, os princípios e pressupostos institucionais e epistemológicos que deverão orientar a presente cooperação. Ambas as dimensões – institucionais e epistemológicas – são considerados indissociáveis a partir do marco referencial que sustenta a presente cooperação, e por isso serão sistematizados por meio de diversos tópicos apresentados a seguir.

Modernidade, globalização e processo civilizatório

A cooperação deve se orientar pela premissa de que hoje a Fiocruz e as universidades parceiras se propõem a compreender e enfrentar os efeitos das transformações no processo civilizatório que se concretizam nos territórios a serem enfocados. Um efeito do atual estágio da globalização implica em certo modo de vida e modelo de desenvolvimento que se irradia principalmente da Europa e da América do Norte, mas que também já se transforma com a emergência de potências do Pacífico como Rússia, China e Japão.

Relação Sul-Sul e parcerias com as instituições europeias

O modelo social e econômico, bem como a episteme na qual se baseia e através da qual se legitima, interfere e subalterniza diversos territórios latino-americanos e africanos, e dessa forma a cooperação multilateral Sul-Sul deve ser fortalecida para reorientar a cooperação Norte-Sul no espírito de uma globalização mais solidária. É preciso pactuar o modo como essa relação vai se constituir de modo a evitar que as instituições do Sul sejam subalternizadas nesse processo.

Diálogo entre instituições de pesquisa do Norte e do Sul

Na cooperação acadêmica entre instituições, é importante que objetos, questões e metodologias de investigação não sejam “importadas” a partir do importante trabalho das universidades europeias, mas que seja preservada a autonomia das instituições do Sul para explorar questões específicas e referenciais consideradas importantes para o Brasil, o restante da América Latina ou para a África. Portanto, referenciais e questões de pesquisa conjuntos devem ser construídos de forma colaborativa, coletiva e horizontalmente. Para isso é importante a criação de espaços horizontais de planejamento e avaliação crítica com presença tanto de representantes da gestão, dos pesquisadores e formadores acadêmicos, como de movimentos sociais dos territórios envolvidos. Para as universidades europeias, a cooperação também poderá introduzir inovações teórico-epistêmicas que contribuam para se pensar “alternativas às alternativas” frente aos “becos sem saída” políticos e acadêmicos contemporâneos.

Reconhecimento da diversidade dos saberes e conceitos articuladores como oportunidade de renovação epistêmica e paradigmática

A cooperação pode ser uma oportunidade de renovar tanto o campo da pesquisa em saúde coletiva, quanto da formação, por meio do diálogo envolvendo novos marcos paradigmáticos e epistêmicos que contribuam para compreender os desafios atuais do conhecimento em saúde frente à globalização e às várias crises em curso. A oficina apontou alguns conceitos estratégicos potencialmente articuladores que vêm sendo construídos e utilizados por grupos de pesquisa, como promoção emancipatória da saúde; diálogo e tradução intercultural; processos de territorialização e desterritorialização; territórios saudáveis e sustentáveis; gestão territorial, governança viva e territórios de práticas e aprendizagem; cuidado em saúde; vigilância popular em saúde; metodologias co-labor-ativas sensíveis; racismos (estrutural, institucional, ambiental), dentre outros. Especial atenção deve ser dada ao diálogo com os “guardiões” dos saberes e da biodiversidade no campo e nas cidades, existentes principalmente na sabedoria viva de povos e comunidades tradicionais.

Saúde Coletiva, relação com as medicinas tradicionais e valorização dos sistemas de saúde locais

É preciso repensar a saúde coletiva a partir do diálogo com outras formas de cuidado e concepções de corpo, saúde e doença de forma a se evitar o potencial colonizador do campo da saúde sobre essas tradições, especialmente devido à forte hegemonia do campo biomédico em muitas situações, programas e pesquisas. A valorização dos sistemas tradicionais de cuidado à saúde e o estabelecimento das condições de diálogo com o SUS deve ser uma dimensão fundante da cooperação.

Academia produzindo junto com os movimentos sociais

As pesquisas devem ser realizadas sempre com os movimentos sociais como sujeitos ativos na produção de conhecimentos e direitos, e não da forma clássica “sobre” eles, na qual são transformados em objetos passivos de investigação. Dessa forma, devem

estar envolvidos desde o princípio e serem atores estratégicos na definição de objetivos, estratégias metodológicas, coleta de dados e difusão das informações resultantes.

Protagonismo dos sujeitos territoriais

Os sujeitos nos territórios devem ser importantes protagonistas desse processo de cooperação. A relação deve ser dialógica e superar a dicotomia presente em muitos espaços acadêmicos entre os conhecimentos considerados científicos e aqueles taxados de não científicos, tradicionais e populares. Os critérios de construção e validação de conhecimentos deve se pautar na busca por justiça cognitiva, que reconhece as diferenças entre o conhecimento construído na academia e fora dela. Para que não haja uma tendência de hegemonia excludente do primeiro, deve-se construir as condições para o diálogo ou ecologia de saberes, bem como a co-presença dos vários sujeitos sociais. Mais do que criar novas iniciativas, isso significa contribuir para fortalecer aquelas já existentes e têm sido conduzidas de forma autônoma e soberana por vários movimentos sociais e comunidades.

Cooperação e trabalho em rede para a resistência solidária tempos sombrios

A cooperação deve contribuir para ampliar as possibilidades de resistência solidária da Fiocruz, da academia, das instituições em geral e dos movimentos sociais ao avanço do fascismo social existente na sociedade brasileira e os projetos políticos conservadores em curso, que aliam a extrema direita com viés militarista e evangélico com apoio de setores oportunistas do mercado financeiro, interessados na desregulamentação do controle social sobre a relação Capital x Trabalho x Natureza e na mercantilização crescente da vida, inclusive a privatização da saúde. A cooperação deve contribuir com processos de fortalecimento de redes envolvendo vários sujeitos acadêmicos, sociais e territoriais.

Desterritorialização e controle sobre o território e os modos de vida

É importante considerar que os povos e comunidades no Brasil (também no restante da América Latina e África), principalmente os tradicionais, vivem um contínuo e crescente processo de desterritorialização e perda das condições básicas para a continuidade dos seus modos de vida, seja no campo, nas florestas e nas águas, seja nas periferias urbanas. Também é preciso considerar que os territórios têm vários sentidos e possibilidades de uso, e que os povos e comunidades tradicionais lutam por autonomia para definir outras possibilidades mais justas, saudáveis e sustentáveis de economia. A globalização ditada por grandes grupos corporativos e interesses estratégicos das grandes potências globais tem produzido subalternização e degradação dos ecossistemas, muitas vezes com o apoio do Estado e ferindo direitos constitucionais, e dessa forma desencadeando diversos conflitos e lutas nos territórios afetados.

A importância da tradução intercultural

Para atingir diversos pressupostos apresentados anteriormente que envolvem a cooperação Norte-Sul e Sul-Sul, entre países, comunidades e territórios distintos, é preciso criar espaços e oportunidades para exercício da tradução intercultural.

Isso implica não apenas a necessária presença de tradutores que dominem as línguas e culturas em diálogo, mas também a criação de um vocabulário comum que permita a práxis concertada entre diferentes grupos de pesquisa. Além disso, o conhecimento é entendido como interconhecimento, e isso exige o exercício contínuo do diálogo que possibilitará uma co-presença mais efetiva dos vários sujeitos envolvidos. Na oficina foi sugerida a construção de um vocabulário conjunto com a definição dos principais conceitos e termos articuladores.

A 'governança viva' da cooperação deve ser compartilhada

Vários pressupostos participativos e colaborativos assinalados anteriormente implicam que os movimentos sociais devem estar presentes em todos os próximos passos da cooperação, colocando em prática aquilo que certos grupos dentro da Fiocruz como o OTSS denominam de "governança viva".

A institucionalização cuidadosa é importante para a continuidade e resiliência da cooperação

Embora se reconheça que, historicamente, a relação das instituições acadêmicas com os movimentos sociais e os territórios tem sido assimétrica de forma a não os reconhecer devidamente como sujeitos portadores de saberes e direitos, deve-se buscar um equilíbrio dinâmico com a formalização e institucionalização da cooperação. Trata-se de tarefa complexa dada a grande diversidade de saberes, referenciais e agentes sociais num mesmo processo, e que será resolvida por meio do contínuo diálogo entre os envolvidos assumindo os princípios da cooperação. Por isso, ao mesmo tempo que se busca a nível de institucionalização que permita a perenidade do processo e o reconhecimento social dos participantes também para fora dele, é preciso um enfrentamento das tendências à hierarquização e invisibilização que sempre podem surgir nas relações entre a academia e os movimentos sociais.

Priorizar o olhar solidário sobre os grupos mais vulneráveis e invisibilizados

É preciso cautela para que o escopo da cooperação esteja sempre atento aos grupos e territórios mais vulneráveis e invisibilizados na sociedade em função das desigualdades, exclusões e racismos. Sem esse foco os objetivos propostos de busca pelas justiça social, sanitária, ambiental e cognitiva não serão alcançados ou viabilizados. Por isso, é preciso estabelecer critérios que possam orientar a escolha dos territórios e dos movimentos com os quais os projetos e atividades específicas decorrentes da cooperação irão se articular.

2.2 PREMISSAS EPISTEMOLÓGICAS

Atuar dentro da Saúde Coletiva

Historicamente, o campo da saúde coletiva tem sido construído a partir de uma perspectiva de superação do caráter reducionista das políticas de saúde pública, que

tende a desconsiderar a dimensão social da vida, limitando-a um feixe de relações ecológicas internas (a nível celular, orgânico, sistêmico, imunológico, etc.) ou externas (exposição a vetores, poluentes, acidentes, etc.), mesmo quando avança em direção a preocupações psicossociais, acaba por "patologizar" as relações intersubjetivas e os chamados comportamentos de risco.

Ao questionar esses limites, o campo da saúde coletiva complexifica o escopo das pesquisas em saúde, pois passa a incorporar questões anteriormente periféricas, como as relações de poder, a estrutura social, as condições de vida e trabalho, as relações com a Natureza que vão além da exposição a riscos à saúde, a tensões relativas à diversidade cultural, étnica, de gênero ou sexual, etc. Considerar essas outras dimensões da vida, impõe ao campo da saúde uma maior abertura ao diálogo e ao enfrentamento das injustiças que tendem a invisibilizar os direitos e necessidades daqueles grupos sociais, povos e comunidades mais vulnerabilizados cujas necessidades cotidianas de saúde são negligenciadas; ou cujas necessidades específicas são invisibilizadas em momentos de crise, como epidemias e desastres ambientais.

Referência nas epistemologias do Sul

Reconhece-se a importância e influência do referencial teórico das epistemologias do Sul na proposta de cooperação ora em desenho.

Ao dialogar com diversos pensadores do Sul Global, acadêmicos e não-acadêmicos, Santos reconhece que a epistemologia hegemônica no Ocidente está enraizada em uma experiência social e cultural específica, mas que ao mesmo tempo ignora ou invisibiliza todas as demais possibilidades de se compreender o mundo que existem. Ao reivindicar um status de universal, o modo de ver, sentir e pensar gestado no Norte Global descredibiliza e localiza todas as outras. Não reconhecendo a legitimidade delas e sua própria incompletude. Para enfrentar tais processos, que geram o que ele chama de abissalidade e monoculturas que geram exclusões radicais.

Santos e Meneses (2008) propõe o que é denominado por eles de ecologia dos saberes, isto é, a construção de processos que amplie o diálogo intercultural e o reconhecimento de que todas as formas de saber possuem critérios locais de validação que não podem ser reduzidos ou legitimados apenas pelo conhecimento científico, mas antes devem ser considerados nos contextos onde são produzidos e legitimados de acordo com os problemas que se propõem ou alcançar solucionar. A avaliação da validade de um conhecimento deve ser alcançar a posteriori de forma pragmática e não estabelecida a priori de acordo com critérios arbitrariamente definidos, sejam eles quais forem.

Promoção emancipatória da saúde

Dados os objetivos da cooperação ora proposta, pensamos ser estratégico propor orientar a proposta de pesquisa e intervenção por conceitos que têm sido gestados no âmbito da atuação da própria Fiocruz. Um desses conceitos é o de promoção emancipatória da saúde (PORTO et.al, 2009), que tem sido formulado a partir do diálogo

entre experiências de luta por direitos humanos e sanitários nas favelas do Rio de Janeiro com movimentos de luta por justiça ambiental no Brasil. É um dos conceitos orientadores tanto do trabalho do Núcleo de Ecologias, Epistemologias e Promoção Emancipatória da Saúde (Neepes) quanto do Laboratório Territorial de Manguinhos (LTM). Pode ser compreendido como uma perspectiva dialética de promoção da saúde baseada na produção compartilhada de conhecimentos e práticas que promovam as várias dimensões da justiça em territórios vulnerabilizados, na qual há uma mediação entre os conhecimentos produzidos pela academia e pelos movimentos sociais, contextualizados nas dinâmicas próprias de cada território e que visam gerar dispositivos políticos e pedagógicos para a transformação social e ambiental.

Geografia Crítica e Humanística

Crítica: “Esse paradigma geográfico baseia seus estudos nas relações sociedade/natureza, mas centraliza as suas análises na segunda natureza - a natureza produzida pelo homem. Nessa amplitude, a primeira natureza - a natureza natural, é considerada apenas como recurso a ser apropriado e transformado em coisas úteis para o homem. Sobre esse enfoque, propõe-se a um engajamento ideológico-político, que tem na leitura e na compreensão transformadora do espaço geográfico a contribuição da geografia para a superação das desigualdades sociais e, portanto, para a construção de uma sociedade mais justa. Subjacente a esse enfoque, o progresso e o desenvolvimento baseados no tecnicismo, tão relevantes para a afirmação, consolidação e para a dinâmica da modernidade capitalista, e fundamentais, para as relações predatórias entre a sociedade e natureza, que encantaram o próprio Marx, não são questionados. Apenas se vislumbra a apropriação coletiva dos resultados do avanço tecnológico, inclusive do espaço geográfico.

Portanto, a geografia crítica ou radical, ao centrar o seu enfoque na produção capitalista do espaço geográfico, atentando para as desigualdades sociais e econômicas que compõem a dimensão espacial inerente a esse modo de produção, faz da questão da degradação da primeira natureza sob esse sistema produtor de mercadorias, das questões de gênero, sexo, etnia, raça, religião, localismos, regionalismos etc. causas menores” (OLIVEIRA, FARIAS e SÁ, 2008).

Alguns dos autores mais importantes dessa perspectiva são Milton Santos, David Harvey e Manuel Castells.

Humanística: “A abordagem humanística na Geografia tem como base conceitual os trabalhos realizados por Yi-Fu Tuan, Anne Buttimer, Edward Relph, A. Frémont, Eric Dardel e outros. Nesses aportes, o estudo dos fenômenos adquire plausível reconhecimento quanto ao propósito de alcançar um melhor entendimento do homem e de sua condição no mundo vivido. Na ciência geográfica re-significa o movimento e a conduta dos homens para com o meio ambiente, posto que entrosa, numa relação afetiva, as Humanidades e as Ciências Sociais tendo a Terra como substrato para as interpretações dessa proximidade.

Tuan (1980) afirma que o meio ambiente artificial que nós, seres humanos construímos é um resultado dos processos mentais, onde o todo construído se dá no sentido de que nós sentimos mais confortáveis na natureza, pelo sentimento de pertencimento para com o modificado. Buttimer (1985, p. 170) se refere a um modo filosófico de reflexão a respeito da experiência consciente e uma tentativa para explicar isso em termos de significado e significância. Relph aborda a dimensão do fato cultural, das intenções e atitudes humanas. Para o autor há tantas geografias quantas são as percepções do mundo. A proposta humanística traz a necessidade de que o conhecimento do mundo humano parte do estudo das relações das pessoas, de suas experiências com a natureza, seu comportamento geográfico, sentimentos e ideias a respeito do espaço e do lugar (TUAN, 1985, p.143).

Essa intenção permite melhor compreender o comportamento e as maneiras de sentir das pessoas em relação aos seus lugares de vivência, pois conforma sua visão de mundo expressa através de suas atitudes e valores para com o quadro ambiental e representam reflexo direto na forma como as transformações deste ambiente serão conduzidas". (OLIVEIRA, FARIAS e SÁ, 2008).

Cartografia Social

De acordo com Almeida (2018), a nova cartografia social visa superar os limites da cartografia hegemônica e "propiciar uma pluralidade de entradas a uma descrição aberta, conectável em todas as suas dimensões, e voltada para múltiplas experimentações fundadas, sobretudo, num conhecimento mais detido de realidades localizadas". Esse processo se baseia sobretudo em "relações de pesquisa e de confiança mútua entre os investigadores e os agentes sociais estudados, que se referem aos chamados povos e comunidades tradicionais".

O resultado que se espera desse processo de cartografia que dialoga com o conhecimento dos povos e comunidades tradicionais a respeito do próprio território se incluir "múltiplos agentes, os quais contribuiriam à descrição com suas narrativas míticas, suas sequências cerimoniais, suas modalidades próprias de uso dos recursos naturais e seus atos e modos intrínsecos de percepção de categorias (tempo, espaço, lugar) e objetos". Isso quer dizer que se pretende superar um olhar externo e objetificante que historicamente tem dominado a relação de cartógrafos, geógrafos e etnólogos com a territorialidade dessas populações. Ela busca propiciar as condições para que os sujeitos de pesquisa se apropriem e sistematizem o conhecimento produzido no processo como forma de fortalecer suas lutas sociais.

De acordo com Eliane Cantarino O'Dwyer (2011), essa questão se torna ainda mais relevante em um contexto político no qual a autoidentificação étnica e a reivindicação de reconhecimento legal dos territórios tradicionais se tornam estratégicos para o bem estar e a sobrevivência de povos e comunidades submetidos a diversas pressões derivadas de um modelo de desenvolvimento social excludente e injusto.

Metodologias de pesquisa

As metodológicas propostas na oficina são sensíveis e se convergem nas metodologias colaborativas e não extrativistas das abordagens pós-coloniais, em especial, das epistemologias do Sul de Boaventura de Sousa Santos. Elas anunciam os saberes como situados, sendo validados localmente a partir de uma opção política que considera a forma como estes afetam os oprimidos, assim como questiona-se as metodologias qualitativas que extraem conhecimentos apartados das lutas sociais e não reconhecem os saberes dos sujeitos investigados.

Esta discussão articula-se fortemente com dimensões educacionais e pedagógicas da transformação social trabalhadas anteriormente de forma seminal pelos autores latino-americanos Paulo Freire e Orlando Fals Borda (2009). Tais autores dedicaram sua obra ao enfrentamento das tensões e alternativas entre ciência e saberes populares, conhecimento e razão, teoria e prática, transformação social e *status quo*, entre sujeito e objeto ou objetividade e subjetividade. Além disso, relaciona-se com o ato de tornar comum (FREIRE, 1997), entendido como um componente irreduzível dos possíveis encontros e diálogos entre pessoas e grupos sociais com seus saberes, culturas e lutas por dignidade.

O desafio estratégico, portanto, reside em como construir conhecimentos junto com os excluídos concretizados em diversas pessoas, comunidades e movimentos sociais do Sul Global, articulados com as lutas sociais por dignidade em curso e que considerem e fortaleçam os sujeitos enquanto portadores de direitos, saberes e capacidade de agenciamento. A ideia é avançar a partir, além das metodologias colaborativas e não extrativistas, de proposições de pesquisa-ação e investigação-ação participante voltadas a fortalecer as transformações sociais a partir dos oprimidos. No Brasil, atualmente, os principais autores da educação popular que busca avançar em metodologias participativas, como a pesquisa militante, principalmente a partir de Paulo Freire é Carlos Henrique Brandão (1980) e Michel Thiollent (2008).

Vigilância Popular da Saúde

Descolonizar a saúde coletiva, a vigilância e as práticas de promoção implica promover diálogos mais horizontalizados em contextos de lutas sociais com os grupos sociais que apesar de radicalmente excluídos dos processos decisórios nas suas sociedades, lutam por maior democratização do conhecimento e o reconhecimento de seu saber sobre os processos de adoecimento e promoção da saúde em que estão envolvidos; estando o campo da vigilância em saúde preparado para este diálogo, e disposto a relativizar a pretensa superioridade epistêmica da ciência que tem historicamente orientado a relação do Estado e dos técnicos com a população em geral. Isso permitirá a emergência de saberes e práticas emancipatórias que superem os limites da reivindicação de universalismo do modo de pensar e sentir que se tornou hegemônico no mundo com a globalização eurocentrada que está em curso desde meados do milênio passado e que invisibiliza alternativas em termos de outras sociabilidades, economias, saber, sentir, trabalhar, produzir e de se relacionar com os mundos não-humanos (entendidos como naturais ou não).

|||. Sugestão de encaminhamentos preliminares a serem discutidos com os parceiros

■ **Mapeamento de grupos e experiências:** Sugere-se a realização de um inventário da Fiocruz com as experiências existentes de interesse para a cooperação, identificando grupos de pesquisa, projetos, objetivos, movimentos sociais e territórios envolvidos, exemplos de resultados alcançados. Também foi sugerida a criação de um banco de referências bibliográficas de interesse comum.

■ **Alinhamento conceitual** para compreensão mútua e o diálogo interdisciplinar e intercultural. Sugere-se como possibilidade a construção de um dicionário com os principais termos utilizados de interesse para a cooperação.

Entre os conceitos que consideramos estratégicos de serem clara, horizontal e pluralmente definidos entre os participantes da cooperação estão os de decolonialidade/pós-colonialidade, território e os conceitos dele derivados (Abordagens críticas e territoriais, territorialidades, processos de territorialização e desterritorialização, territórios saudáveis e sustentáveis, processos de governança e gestão territorial, etc.), devido à polissemia que estes conceitos apresentam tanto em seus campos de origem quanto na incorporação deles no campo da saúde coletiva ou na sua apropriação pelos movimentos sociais contra-hegemônico e o seu potencial para gerar incompreensões mútuas nos espaços de ecologia de saberes.

■ **Sugestão para a programação de atividades estratégicas para a cooperação:** Foi discutida a necessidade de serem melhor definidos as atividades programadas no âmbito da cooperação a partir de temas de interesse geral e estratégico para a cooperação a serem aprofundados em futuras atividades, como oficinas, seminários, projetos, cursos de formação e publicações conjuntas. Foi sugerida uma estratégia de alinhamento interno dentro da Fiocruz a partir de debates e formação interna, incluindo a organização de eventos como oficinas e seminários, a produção e circulação de documentos (relatórios, artigos, produção de livros) em torno da cooperação.

■ **Sugestão de campos temáticos de interesse: alguns temas foram sugeridos:** alternativas (econômicas, políticas, científicas, tecnológicas, culturais...) à globalização e ao desenvolvimento; territorialidades, escalas e relação local-global; políticas públicas sociais, democracia e o papel do Estado; relação entre os movimentos sociais e a academia; processos emancipatórios na promoção e cuidado na saúde, incluindo saberes e práticas de povos e comunidades tradicionais; tradução e diálogo intercultural entre academia, movimentos sociais e povos e comunidades tradicionais.

■ **Reflexões em torno do nome da cooperação:** o nome da iniciativa e a simbologia da Lucy foram objeto de reflexão, já que causaram certo desconforto em alguns participantes por evocarem colonialismos, preconceitos e outras experiências europeias que não tem relação com o que se está buscando construir com a cooperação. Uma alternativa sugerida foi renomear a iniciativa de universidade colaborativa, emancipatória ou criativa.

■ **Resolução de questões institucionais, burocráticas e financeiras para viabilizar a cooperação:** foi discutida a necessidade de serem equacionadas questões institucionais, burocráticas e financeiras relativas a temas como certificação de cursos, intercâmbio de pesquisadores, discentes e movimentos sociais, espaços físicos e recursos para o desenvolvimento das atividades da cooperação, isenção de pagamento de taxas acadêmicas europeias, dentre outros.

■ **Grupo da Terra** é uma instância de diálogo dentro do MS criado pela Portaria 2.460 de 12 de dezembro de 2005 (BRASIL, 2005) e que seria mobilizada para participar do próximo encontro.

IV.

Banco de dados de referências bibliográficas

ALMEIDA, A, W. B. Mapas e museus: uma nova cartografia social. *Cienc. Cult.* vol.70 n.4, São Paulo, Out./Dez., 2018. DOI 10.21800/2317-66602018000400016.

ALVES, P. A. Vigilância popular da saúde: cartografia dos riscos e vulnerabilidades socioambientais no contexto de implantação da mineração de urânio e fosfato no Ceará. 2013. 243 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Universidade Federal do Ceará. Faculdade de Medicina, Fortaleza, 2013.

BARCELOS, Eduardo et al. A Caravana Territorial da Bacia do Rio Doce: mineração e territorialidades em tensão. *Terra Livre*, vol. 43, n. 2, pp. 225-266, 2014.

BENJAMIN, W. O contador de histórias: Reflexões sobre a obra de Nikolai Leskov. In: Walter Benjamin, *Linguagem tradução, literatura. Obras Escolhidas de Walter Benjamin* 5, Porto: Assírio & Alvim, 2015 (edição e tradução de João Barrento), pp. 147-178.

BRANDÃO, C. R. Organizador. *Pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

BREILH, J. *Epidemiologia Crítica: Ciência Emancipadora e Interculturalidade*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

CARNEIRO, F. F.; PESSOA, V. (Org.); TEIXEIRA, A. C. A. (Org.). *Campo, Floresta e Águas: tecendo práticas e saberes de saúde*. 1. ed. Brasília: Editora UnB, vol. 1, pp. 464, 2017.

CARNEIRO, F. F.; PESSOA, V. M.; ARRUDA, C. A. M.; FOLGADO, C. A. R.; SOARES, R. A. S.; KIRSCH, R.; TYGEL, A. F.; CARVALHO, P. D. Teias de um Observatório para a saúde das populações do campo, da floresta e das águas no Brasil. *Tempus: Actas de Saúde Coletiva*, vol. 8, pp.275-293, 2014.

CARNEIRO, F. F.; KREFTA, N. M.; FOLGADO, C. A. A Práxis da Ecologia de Saberes: entrevista de Boaventura de Sousa Santos. *Tempus: Actas de Saúde Coletiva*, vol. 8, pp. 331, 2014.

CARNEIRO, F. F.; PASSOS, R.; SEGATO, R.; PEREIRA, M. F. Perspectivas emancipatórias sobre a saúde e o Bem Viver face às limitações do processo de desenvolvimento brasileiro. *Saúde em Debate*, vol. 36, pp. 106-115, 2012.

CASTELLS, M. *A Sociedade em Rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CRUZ, F. Entre la academia y la aldea. Algunas reflexiones sobre la formación de indígenas antropólogos em Brasil. *Anales de Antropología*, 2016. DOI: 10.1016/j.antro.2016.11.005.

DUARTE, N. Minha vida como estudante no mundo dos brancos. *Rev. Antropol.*, vol. 60, n. 1, pp. 35-46, 2017.

FALS-BORDA, O. La ciencia y el pueblo: nuevas reflexiones. In: Salazar M.C., organizadora. *La investigación acción participativa. Inicios y desarrollos*. Madrid: Popular, 1992. pp. 65-84.

FALS-BORDA, O. *Uma sociologia sentipensante para América Latina*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores & Flacso, 2009.

FASANELLO, M. T.; NUNES, J. A.; PORTO, M. F. Metodologias colaborativas não extrativistas e comunicação: articulando criativamente saberes e sentidos para a emancipação social. *RECIIS*, vol. 12, n. 4, pp. 1-19, 2018,

FREIRE, P. *Extensão ou comunicação?* 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GRAMSCI, A. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Civilização Brasileira: 1985.

HARVEY, D. *17 contradições e o Fim do capitalismo* São Paulo: Boitempo, 2016.

INSTITUTO REGIONAL DA PEQUENA AGROPECUÁRIA APROPRIADA – IRPAA. Caravana Agroecológica denuncia projetos de destruição do Rio São Francisco. *Notícias*, 27 jun. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2xdl6Ws>. Acesso em: 25 abr. 2020.

LAURELL, A. C. Para el estudio de la salud en su relación con el proceso de producción. In: ALAMES. *Taller Latinoamericano de Medicina Social*. Medellín: Editora Universidad de Antioquia, 1987, p. 61-94

O'DWYER, E. C. Etnicidade e direitos territoriais no Brasil contemporâneo. *Iberoamericana*, vol. 11, n. 42, pp. 111-126, 2011.

OLIVEIRA, Marlene Macário de; FARIAS, Paulo Sérgio Cunha e SÁ, Alcindo José. O meio ambiente na geografia crítica e na geografia humanística: desafios metodológicos para uma didática reflexiva do espaço na escola. *Revista de Geografia*, Recife: UFPE – DCG/NAPA, vol. 25, n. 3, set/dez., pp.108-121, 2008.

PAIM, J. S. *Reforma Sanitária Brasileira. Contribuição para a compreensão crítica* Salvador: EDUFBA, Rio Janeiro: Fiocruz, 2008.

PALADINO, M.; ZAPATA, L. "Imaginación y coraje". *Producción académica y militancia etnopolítica de intelectuales indígenas en Argentina, Brasil, Guatemala y México*. Avá, n. 33, 2018 - ISSN: 1515-2413 (impreso); 1851-1694 (on-line).

PESSOA, V. M.; ALMEIDA, M. M.; CARNEIRO, F. F. Como garantir o direito à saúde para as populações do campo, da floresta e das águas no Brasil? *Saúde em Debate*, vol. 42, pp. 302-314, 2018.

PIGNATI, W.; OLIVEIRA, N. P.; SILVA, A. M. C. Vigilância aos agrotóxicos: quantificação do uso e previsão de impactos na saúde-trabalho-ambiente para os municípios brasileiros. *Ciênc. saúde coletiva* [online]. 2014, vol.19, n.12, pp.4669-4678. ISSN 1413-8123. DOI: 10.1590/1413-812320141912.12762014.

PORTO, M. F. Pode a Vigilância em Saúde ser emancipatória? Um pensamento alternativo de alternativas em tempos de crise. *Ciência & Saúde Coletiva*, vol. 22, pp. 3149-3159, 2017. DOI: 10.1590/1413-812320172210.16612017.

PORTO, M. F. Crise das utopias e as quatro justiças: ecologias, epistemologias e emancipação social para reinventar a saúde coletiva. *Ciência & Saúde Coletiva* 24 (9), 2019. DOI: 10.1590/1413-812320182412.25292019.

PORTO, M. F. Emancipatory promotion of health: contributions from Brazil in the context of the Global South. *Health Promot Int*, vol. 34, supl. 1, pp. i56-i64, 2019.

SANTOS, B. S. A filosofia à venda, a douda ignorância e a aposta de Pascal. In: Santos BS, Meneses M. P. *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez Editora; 2014. pp. 467-507.

SANTOS, B. S. A sociologia pós-abissal: metodologias não extractivistas. Coimbra: Universidade de Coimbra; 2017. Vídeo: 1h 35 min 20s. Disponível em: <https://goo.gl/pvB1ze>. Acesso em: 10 out. 2018.

SANTOS, B. S., MENESES, M. P. G., (Orgs.) *Epistemologias do Sul*. São. Paulo; Editora Cortez, 2010.

SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos estudos-CEBRAP*, vol. 79, pp. 71-94, 2007.

SANTOS, M. O Retorno do território. In; SANTOS, Milton, SOUZA, Maria Adélia de e SILVEIRA, Maria Laura (Org.). *Da Totalidade ao Lugar*. São Paulo: Editora USP, 2005.

SEVALHO, G. Apontamentos críticos para o desenvolvimento da vigilância civil da saúde. *Physis*, vol. 26, n. 2, pp. 611-632, 2016. ISSN 1809-4481. DOI: 10.1590/S0103-73312016000200014.

SUASSUNA, João. Caravana do São Francisco: uma visão realística. *Ecodebate*, 08 set. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2Y5GZSD>. Acesso em: 25 abr. 2020.

THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

V.

Painéis de Facilitação Gráfica

PROJETO DA UNIVERSIDADE COLABORATIVA INTERNACIONAL

FIOCRUZ, 120 ANOS, INSTITUIÇÃO DE DESTAQUE EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM SAÚDE DA AMÉRICA LATINA COMPROMISSADA COM O **SUS**, A **SAÚDE COLETIVA** E A **DEMOCRACIA**.

COOPERAÇÃO ENTRE :

- UNIVERSIDADE PARIS 8
- FIOCRUZ
- UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA (UNL)
- UNIVERSIDADE DE COIMBRA (CEF E CES)

AGENDA 2030 COMO MARCO DE REFERÊNCIA PARA A CONSTRUÇÃO DA AGENDA DA FIOCRUZ.

COM A PRESENTE COOPERAÇÃO BUSCA-SE UM PROJETO **INTEGRADOR** QUE BUSCA AVANÇAR NA REDE DE COOPERAÇÃO SUL-SUL E NORTE-SUL, AMPLIANDO-SE NA PERSPECTIVA DE UMA COOPERAÇÃO MULTILATERAL ARTICULADA E SOLIDARIAMENTE CONSTRUÍDA.

PRETENDE-SE COM A PARCERIA DAR RESPOSTAS INOVADORAS AOS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS, COMO AS DIVERSAS CRISESEM CURSO, DE **NATUREZA SOCIAL, DEMOCRÁTICA, SANITÁRIA E ECOLÓGICA**.

PRINCÍPIOS E PRESSUPOSTOS INSTITUCIONAIS E EPISTEMOLÓGICOS
ELABORADOS NA OFICINA PARA ORIENTAR A COOPERAÇÃO :

- MODERNIDADE, GLOBALIZAÇÃO E PROCESSO CIVILIZATÓRIO.**
- RELAÇÃO SUL-SUL E PARCERIAS COM AS INSTITUIÇÕES EUROPEIAS.**
- DIÁLOGO ENTRE INSTITUIÇÕES DE PESQUISA DO NORTE E DO SUL.**
- RECONHECIMENTO DA DIVERSIDADE DOS SABERES E CONCEITOS ARTICULADORES COMO OPORTUNIDADE DE RENOVACÃO EPISTÊMICA E PARADIGMÁTICA.**

PROJETOS E GRUPOS DE PESQUISA DA FIOCRUZ OU COM ELÁ ARTICULADOS :

- OTSS E FCT
- FIOCRUZ CEARÁ
- NEEPES
- FIOCRUZ BRASÍLIA - OBHAS
- GT DE SAÚDE INDÍGENA DA ABRASCO
- A ORGANIZAÇÃO DE MISSÕES CIENTÍFICAS E POPULARES, CARAVANAS TERRITORIAIS, A EXEMPLO DO RIO DOCE E DO SÃO FRANCISCO

PREMISSAS EPISTEMOLÓGICAS :

- ★ ATUAR DENTRO DA SAÚDE COLETIVA
- ★ REFERÊNCIA NAS EPISTEMOLOGIAS DO SUL
- ★ PROMOÇÃO EMANCIPATÓRIA DA SAÚDE
- ★ GEOGRAFIA CRÍTICA E HUMANÍSTICA
- ★ HUMANÍSTICA
- ★ CARTOGRAFIA SOCIAL
- ★ METODOLOGIAS DE PESQUISA COLABORATIVAS E NÃO EXTRATIVISTAS DE PESQUISA-AÇÃO E INVESTIGAÇÃO-AÇÃO PARTICIPANTE
- ★ VIGILÂNCIA POPULAR DA SAÚDE

ENCAMINHAMENTOS PRELIMINARES

- MAPEAMENTO DE GRUPOS E EXPERIÊNCIAS: INVENTÁRIO DA FIOCRUZ COM AS EXPERIÊNCIAS E REFERÊNCIAS EXISTENTES DE INTERESSE PARA A COOPERAÇÃO.
- ALINHAMENTO CONCEITUAL PARA COMPREENSÃO MÚTUA E O DIÁLOGO INTERDISCIPLINAR E INTERCULTURAL.

COOPERAÇÃO E TRABALHO EM REDE PARA A RESISTÊNCIA SOLIDÁRIA EM TEMPOS SOMBRIOS.

PROTAGONISMO DOS SUJEITOS TERRITORIAIS.

DESTERRITORIZAÇÃO E CONTROLE SOBRE O TERRITÓRIO E OS MODOS DE VIDA.

PRIORIZAR O OLHAR SOLIDÁRIO SOBRE OS GRUPOS MAIS VULNERÁVEIS E INVISIBILIZADOS.

A IMPORTÂNCIA DA TRADUÇÃO INTERCULTURAL.

A 'GOVERNANÇA VIVA' DA COOPERAÇÃO DEVE SER COMPARTILHADA.

ACADEMIA PRODUZINDO JUNTO COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS.

SAÚDE COLETIVA, RELAÇÃO COM AS MEDICINAS TRADICIONAIS E VALORIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE SAÚDE LOCAIS.

A INSTITUCIONALIZAÇÃO CUIDADOSA É IMPORTANTE PARA A CONTINUIDADE E RESILIÊNCIA DA COOPERAÇÃO.

FIOCRUZ 120 ANOS 1903-2023
FÓRUM DE COMUNIDADES TRADICIONAIS 6003 - 70071 - 80000
UNIVERSIDADE PARIS 8 13 90
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

GRUPO A

OFICINA LUCI
L'UNIVERSITÉ COOPÉRATIVE INTERNATIONALE

QUE TEMAS NÃO PODEM FALTAR NAS ATIVIDADES?

- GLOBALIZAÇÃO E AS FORÇAS QUE INTERFEREM NOS TERRITÓRIOS LATINOAMERICANOS
- RELAÇÕES SUL-SUL COM PARCERIAS EUROPEIAS DESCOLONIZADAS
- RELAÇÃO DA ACADEMIA E OS MOVIMENTOS SOCIAIS
- REPENSAR A SAÚDE COLETIVA DIÁLOGANDO +1 MEDICINAS TRADICIONAIS
- COMO A COOPERAÇÃO FORTALECE A RESISTÊNCIA EM TEMPOS SOMBRIOS?
- DESTERRITORIZAÇÃO E PERDA DE CONTROLE/PODER SOBRE MODOS DE VIDA
- SISTEMAS DE SAÚDE E SABERES LOCAIS
- TRADIÇÃO E TRADIÇÃO

★ QUAIS SÃO AS PREMISAS E PRESSUPOSTOS PARA A FIOCRUZ ESTAR NESTA COOPERAÇÃO?

ATENTANDO PARA AS QUESTÕES EPISTEMOLÓGICAS & USANDO METODOLOGIAS ORIENTADAS PELO PROTAGONISMO DO SUJEITO/TERRITÓRIO

COMO FAZER ISSO SEM SER CAPTURADOS PELA MENTALIDADE DOMINANTE E DOMINADORA?

PRECISAMOS IDENTIFICAR OS MOVIMENTOS SOCIAIS, OS TERRITÓRIOS DE APRENDIZAGEM E AS METODOLOGIAS E ESTRATÉGIAS UTILIZADAS PELOS LABORATÓRIOS E GRUPOS DE PESQUISA RELEVANTES A ESSA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

★ QUAIS CONTRIBUIÇÕES E APORTES RELEVANTES E ESTRATÉGICOS A FIOCRUZ TEM A OFERECER?

A DIVERSIDADE EM DIÁLOGO TRAZ DESUBRAMENTOS SINGULARES DE RUPTURA, INOVAÇÃO E INSPIRAÇÃO MÚTUA

SAÚDE
Pública e Coletiva
Meio Ambiente
TERRITÓRIO com promoção EMANCIPATÓRIA

DESENVOLVER FORMAÇÃO INTERNA PARA HARMONIZAR OS VOCABULÁRIOS E UNIR AS INICIATIVAS EXISTENTES

FORTALECER E ESTRUTURAR POLÍTICAS PÚBLICAS

INCLUIR UNIVERSIDADES AFRICANAS E FORTALECER PARCERIAS NA AMÉRICA LATINA E CARIBE

PARAR DE FALAR SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS E TRAZÊ-LOS PARA O DIÁLOGO

FORUM DE COMUNIDADES TRADICIONAIS 2018 - 2019 - 2020

UNIVERSITÉ PARIS 8

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

FIOCRUZ

GRUPO B

OFICINA LUCI
L'UNIVERSITÉ COOPÉRATIVE INTERNATIONALE

PARIS 8

NOVA DE LISBOA

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

FIOCRUZ

REDE ARTICULADA PARA PROMOVER MUDANÇAS EPISTEMOLÓGICAS NA ÁREA DE SAÚDE.

ACADÊMICOS E MOVIMENTOS SOCIAIS

CONSTRUÇÃO PARA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL.

DIÁLOGO ENTRE O CIENTÍFICO E O POPULAR.

HÁ ABERTURA PARA NOVAS PARCERIAS.

AMÉRICA DO SUL

ÁFRICA

EM 2019 NA CASA DOS POVOS SURGE A IDEIA DE CRIAR A UNIVERSIDADE COMO ALGO PERENE E ESTRUTURANTE

A INICIATIVA É BOA PARA: FAZER RESISTÊNCIA AOS RETROCESSOS

RECONHECIMENTO DA DIVERSIDADE DE SABERES

★ QUAIS SÃO AS PREMISAS E PRESSUPOSTOS PARA A FIOCRUZ ESTAR NESTA COOPERAÇÃO?

PESQUISAR DE FORMA DIFERENTE: FAZER PESQUISA COM, FAZER JUNTO NÃO FAZER PESQUISA SOBRE

PERGUNTAS DAS PESQUISAS ELABORADAS PELOS PRÓPRIOS MOVIMENTOS

ESPAÇO HORIZONTAL DE AVALIAÇÃO CRÍTICA.

GOVERNANÇA: BUSCAR COERÊNCIA POR MEIO DA PRESENÇA E PARTICIPAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS.

ABERTURA DE ESPAÇOS NAS UNIVERSIDADES PARA OS POVOS.

INSTITUCIONALIZAÇÃO POSSÍVEL PARA PERENIDADE DA INICIATIVA.

ALINHAR CONCEITOS PARA COMPREENSÃO MÚTUA.

RESPONSABILIDADE COM SABERES E PRÁTICAS

O TERMO COOPERAÇÃO PODE NÃO SER O MAIS ADEQUADO

SAÚDE COLETIVA

TERRITÓRIOS DE PRÁTICA

INDÍGENAS SEMIÁRIDO

CAIÇARAS QUILOMBOLAS

PESCADORAS E PESCADORES FAVELAS

INCLUIR POVOS VULNERÁVEIS COMO IMIGRANTES E CIGANOS.

★ QUAIS CONTRIBUIÇÕES E APORTES RELEVANTES E ESTRATÉGICOS A FIOCRUZ TEM A OFERECER AO PROJETO LUCI?

DESENVOLVIMENTO METODOLÓGICO PARA PESQUISAS E FORMAÇÕES TEÓRICO-CONCEITUAIS METODOLÓGICOS E DE PRÁTICAS

MISSÕES E CARAVANAS CIENTÍFICAS POPULARES NOS TERRITÓRIOS DE PRÁTICA

TERRITÓRIOS

LUTA POR DIREITOS

JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL

GUARDIÕES E GUARDIÕES DA SOCIO DIVERSIDADE

ESPAÇO DE BEM-VIVER

CUIDADO

PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

PROMOÇÃO EMANCIPATÓRIA DA SAÚDE

PITSS

RESSANH

OTSS

LTM

NEEPES

GRUPO DE SAÚDE INDÍGENA

FORUM DE COMUNIDADES TRADICIONAIS 2018 - 2019 - 2020

UNIVERSITÉ PARIS 8

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

FIOCRUZ

ANEXO I

LISTA DOS PARTICIPANTES DA OFICINA

ORGANIZADORES

VICE PRESIDENCY OF THE ENVIROMENT, ATTENTION AND HEALTH PROMOTION CENTER - VPAAPS

Marco Menezes

Guilherme Franco Netto

Edmundo Gallo

Sandra Fraga

Virginia Almeida

Juliana Rulli

Marcia da Silva Pereira

Esther Sette Collazos

Silvia de Almeida Batalha

CONVIDADOS

Aline Gurgel - Ipam

Ana Lucia Pontes - ENSP

Anna Maria Andrade - OTSS

Christovan Barcellos - Icict

Cristina Araripe - VPEIC

Denise Silva - GEREB

Fernando Carneiro - Fiocruz/CE

Gabriel Lopes - COC

Gil Sevalho - ENSP

Indira Alves - OTSS

José Inácio Motta - ENSP

Juliana Duarte de Carvalho - OTSS

Marcelo Firpo - Neepes/ENSP

Marina Fasanello - Neepes/ENSP

Maurício Monken - EPJV

Rômulo Paes - IPRR

Tatiana Wargas - ENSP

Vagner Nascimento - OTSS e FCT Bocaina

Vinícius Carvalho - OTSS

FACILITADORAS GRÁFICAS

Muriel Duarte

Marina Nicolaiewsky

ANEXO II

APRESENTAÇÃO DOS PRINCIPAIS PROJETOS E GRUPOS DE PESQUISA DA FIOCRUZ OU COM ELAS ARTICULADOS

► O OBSERVATÓRIO DE TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS E SAUDÁVEIS DA BOCAINA (OTSS) E O FÓRUM DE COMUNIDADES TRADICIONAIS DE ANGRA DOS REIS, PARATY E UBATUBA (FCT).

O Fórum de comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba (FCT), criado em 2007, é um movimento formado por lideranças de comunidades indígenas, quilombolas e caiçaras residentes na região da Bocaina, sudeste do Brasil. O FCT articula uma agenda de ações voltadas à defesa dos modos de vida das comunidades tradicionais e de seus direitos territoriais.

O OTSS surge da parceria do Fórum de comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba (FCT) com a Fundação Oswaldo Cruz, iniciada em 2009, se consolidando enquanto espaço de atuação tecnopolítica e geração de conhecimento crítico a partir do diálogo entre saberes tradicionais e científico para o desenvolvimento de estratégias que promovam a sustentabilidade, a saúde e a defesa dos direitos coletivos para o protagonismo e Bem-Viver das comunidades tradicionais em seus territórios. Seus focos de ação são voltados à incubação de tecnologias e empreendimentos sociais de agroecologia, saneamento ecológico e turismo de base comunitária, enquanto resultado do esforço de formular e implementar soluções tecnológicas na perspectiva das epistemologias do diálogo de saberes e da prática da governança viva.

Atua também no fortalecimento da educação diferenciada, que leva em conta os repertórios históricos e culturais locais na construção dos currículos pedagógicos e dos métodos de ensino-aprendizagem, desde o ensino fundamental até a pós-graduação; assim como desenvolve ações de defesa de territórios como assessoria jurídica, regularização de associações, advocacy e mecanismos de pactuação como termos de uso e ajuste do solo (TAUS), de ajustamento de conduta (TAC) e planos de manejo de áreas protegidas, sempre em busca de justiça socioambiental.

Ao longo destes 10 anos, o OTSS vem adensando sua rede solidariedade por meio de parcerias e colaborações entre comunidades, movimentos sociais, gestores públicos, organizações não governamentais e da sociedade civil e instituições de pesquisa e ensino em nível local, regional, nacional e internacional.

Na escala internacional fomentou, desde 2012, a cooperação com a Universidade de Coimbra - Centro de Ecologia Funcional, Universidade Aberta de Portugal, Universidade do Chile e Universidade de Antioquia, entre outras, que levou à instituição da Rede Iberoamericana de Territórios Sustentáveis, Desenvolvimento e Saúde.

Durante a organização e realização, em 2019, de uma oficina internacional na Casa dos Povos em Paraty, RJ, esta rede foi ampliada com a entrada da Universidade de Paris 8, da Universidade Nova de Lisboa, do Centro para la Autonomía y el Desarrollo de los Pueblos Indígenas (CADPI) - Nicarágua, da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), Comissão Guarani Yvyrupá (CGY), Coordenação Nacional de Comunidades Tradicionais Caiçaras (CNCTC) e representantes dos povos Mapuche do Chile, entre outros, levando à proposição de criação do Fórum Internacional de Territórios Tradicionais para o Bem Viver.

Esta proposta nasce como continuidade natural e estratégica dessas articulações internacionais para fortalecer e dar visibilidade ao maior número possível de experiências de produção de alternativas locais contra-hegemônicas, valorizando epistemologias locais e governança viva, materializadas na gestão territorial participativa. Esta construção pode encontrar na região da Bocaina a possibilidade teórico-prático de articulação do lugar ao universal. Um território de aprendizagem para o desenvolvimento do Bem Viver.

► FIOCRUZ CEARÁ

A Fiocruz Ceará conta com pesquisadores atuando frente aos seus objetivos institucionais que incluem as áreas de saúde e ambiente e saúde da família (<https://portal.fiocruz.br/fiocruz-ceara-saude-e-ambiente-0>) realizando atividades em articulação com a VPPAPS/Fiocruz e NEEPES. Um dos eixos de trabalho da área de Saúde e Ambiente é o Observatório da Saúde das Populações do Campo, da Floresta e das Águas - Teia de Saberes e Práticas - Obteia (www.saudecampofloresta.unb.br). O Obteia avalia e contribui para implantação de Políticas por meio de pesquisas participativas que envolvem intelectuais engajados, pesquisadores, representantes dos movimentos sociais do campo, da floresta e das águas e os gestores e trabalhadores do Sistema Único de Saúde (SUS). Como um dos resultados de estudos realizados em 10 territórios nas 5 regiões do Brasil, o OBTEIA lançou um livro -"Campo, Floresta e Águas - práticas e saberes em Saúde" que está disponível no portal do projeto. (http://www.saudecampofloresta.unb.br/wp-content/uploads/2019/01/LivroObteia_NOV2018_VersãoWEB.pdf).

Tais pesquisadores compõem o grupo de pesquisa no CNPq "Ecologia de Saberes e saúde das Populações do Campo, Floresta e das Águas" coordenado por Fernando F. Carneiro e Vanira M Pessoa. Fernando Carneiro fez seu pos doutorado no CES/Universidade de Coimbra sob a supervisão de Boaventura Sousa Santos e tem colaborado com a iniciativa da Universidade Popular dos Movimentos Sociais - UPMS.

A área também conta com iniciativas baseadas na pesquisa-ação e na ecologia de saberes como as relacionadas ao impacto da construção do Pólo Industrial e Tecnológico da Saúde (PITS) do Eusébio; avaliação do impacto do Complexo Industrial e Portuário do Pecém envolvendo cerca de 26 comunidades impactadas; e a pesquisa Inova – "Produção de indicadores para avaliação das condições de vida das famílias e acesso aos serviços de atenção primária em territórios do litoral e do sertão do Ceará e do Rio Grande do Norte" – para gerar indicadores sobre a saúde das populações do sertão e das águas.

No eixo de formação, a área de saúde e ambiente está promovendo o curso de Especialização e Aperfeiçoamento em Educação Popular e Promoção de Territórios Saudáveis na Convivência com o Semiárido sob a coordenação da pesquisadora Ana Claudia de Araújo Teixeira. Inicialmente financiado pelo Ministério da Saúde, o curso segue com recursos municipais, estaduais e regionais beneficiando trabalhadores dos SUS que atuam na atenção primária ou vigilância nos territórios e pessoas envolvidas nos movimentos que trabalham em projetos de convivência com o semiárido. Os alunos estão desenvolvendo uma cartografia social nos territórios onde eles atuam e nos quais identificaram problemas, elaboraram soluções às ameaças e realizaram atividades de promoção à vida e à saúde na área. Esse projeto faz parte também de uma iniciativa coordenada pela Rede Saúde, Saneamento, Água e Direitos Humanos no Semiárido – RESSADH, fomentada pela Fiocruz Ceará. Mais recentemente esse grupo está desenvolvendo uma proposta de pós graduação (Mestrado e Doutorado Stricto Sensu) envolvendo o tema das Ecologias e do Cuidado em parceria com o CES/Coimbra, VPPAPS e NEEPES.

► O NÚCLEO ECOLOGIAS, EPISTEMOLOGIAS E PROMOÇÃO EMANCIPATÓRIA DA SAÚDE (NEEPES)

Nasce de uma longa trajetória de pesquisas e ações sintetizadas na proposição de uma promoção emancipatória da saúde, e tem como objetivo desenvolver conhecimentos interdisciplinares, metodologias sensíveis e diálogos interculturais, que apoiem as lutas sociais por saúde, dignidade e direitos territoriais nas cidades, campos, florestas e águas.

A proposta de uma Promoção Emancipatória da Saúde, busca articular várias dimensões da justiça (social, sanitária, ambiental, cognitiva e histórica) a partir de três campos do conhecimento: a saúde coletiva, a ecologia política e as abordagens pós-coloniais, em especial as epistemologias do Sul.

O Núcleo trabalha com múltiplas linguagens e narrativas científicas, artísticas, poético-musicais e populares que integram razão e afeto. A ideia é o desenvolvimento de abordagens teórico-poéticas e metodologias sensíveis, que permitam o corazonar como base para encontros interdisciplinares e interculturais envolvendo academia, comunidades e movimentos sociais na construção de práticas mais éticas, sensíveis e sábias dentro da academia.

Atualmente, possui pesquisadores da ENSP (CESTEH) além de outras unidades da FIOCRUZ-RJ (EPSJV), Fiocruz Pernambuco e Fiocruz Ceará, além de parcerias nacionais e internacionais. Em suas cooperações com universidades internacionais, destaca-se duas delas. Entre 2011 e 2016, seu coordenador, Marcelo Firpo e outros pesquisadores do Núcleo participaram do projeto EJOLT (Environmental Justice Organizations, Liability and Trade) em cooperação com a Universidade de Barcelona através do professor Joan Martinez Alier, um dos maiores especialistas mundiais em economia ecológica e ecologia política. O principal resultado do projeto foi a criação do Atlas de Justiça

Ambiental com casos de conflitos nos cinco continentes, e que teve como uma das principais fontes de inspiração o Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil, coordenado pelo Neepes.

Recentemente o principal desenvolvimento teórico-metodológico foi a aproximação com os referenciais das abordagens pós-coloniais e das epistemologias do Sul, concretizada com a cooperação desde 2006 com o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Entre agosto de 2016 a janeiro de 2018, Marcelo Firpo trabalhou diretamente com o professor Boaventura de Sousa Santos, tornando-se em seguida investigador associado do CES. E dois de seus principais pesquisadores, Marina Fasanello fez meu doutorado sanduíche no CES em Coimbra sob a supervisão do professor João Arriscado, e Diogo Rocha realizou seu doutorado em cotutela entre ENSP da FIOCRUZ e a FEUC da Universidade de Coimbra.

Entre os seus principais produtos encontram-se publicações como artigos, organização de encontros, além de expressões e narrativas de saberes em outras linguagens, como as poético-musicais e audiovisuais. Além da coordenação das seguintes disciplinas de mestrado e doutorado da ENSP/FIOCRUZ: "Ecologias, epistemologias, promoção emancipatória da saúde e justiça ambiental"; "Saúde Coletiva em diálogo com as Epistemologias do Sul"; "Ecologias Feministas de Saberes"; Oficinas sobre Metodologias sensíveis. As três últimas em cooperação internacional com o CES/Universidade de Coimbra.

<http://neepes.ensp.fiocruz.br/apresentacao>

<http://neepes.ensp.fiocruz.br/bases-conceituais-e-metodologicas>

► FIOCRUZ BRASÍLIA – OBSERVATÓRIO BRASILEIRO DE HÁBITOS ALIMENTARES (OBHAS)

PATRIMONIOS ALIMENTARES DE POPULAÇÕES TRADICIONAIS BRASILEIRAS OBJETO DE INTERESSE- Realizar publicações de pesquisa como instituições acadêmicas de das Américas na Revista de Alimentação e Cultura das Américas (<https://raca.fiocruz.br/index.php/raca>).

Desde Pesquisadores da Fiocruz: Denise Oliveira e Silva, Erica Ell, Tatiana Novais - Fiocruz Brasília.

Pesquisadores Brasileiros- Janine Helfst Leicht Colaço (Universidade Federal de Goiás), Maria do Carmo Freitas (Universidade Federal da Bahia), Renta Menasche (Universidade Federal de Pelotas).

Pesquisadores Franceses: Claude Fischler (Senior Investigator Emeritus with CNRS, the French National Science Center, and a former director of the Interdisciplinary Institute for Contemporary Anthropology in Paris), Esther Katz (Anthropologue. CRI, IRD (Institut de Recherche pour le Développement), UMR 208 PALOC (Patrimoines Locaux et Gouvernance) IRD/MNHN. Maria de Lourdes dos Reis Brito (Doutoranda do Département scientifique, Université CERGY-PONTOISE. Département Sciences humaines et humanité.

Estágio de desenvolvimento atual- Estão sendo realizadas reuniões para a construção de projetos de pesquisa e projetos editoriais da Revista de Alimentação e Cultura das Américas. Cooperação com África-Moçambique, saúde da população negra, comunidades quilombolas, MST e semiárido.

► GT DE SAÚDE INDÍGENA DA ABRASCO

O Grupo Temático Saúde Indígena (GTSI/Abrasco) é composto por professores e pesquisadores dos diversos campos da Saúde Coletiva, incluindo epidemiologia, ciências sociais em saúde e gestão e planejamento, com expressiva produção acadêmica e técnica na área.

Desde sua criação em 2000, o GT tem proposto e participado de debates relevantes à Saúde Coletiva no Brasil, além de representado a Abrasco nas distintas esferas do SUS no que diz respeito à saúde dos povos indígenas.

Ao longo dos últimos anos, integrantes do GT tiveram atuação estratégica em órgãos colegiados, como a Comissão Intersectorial de Saúde Indígena (CISI), ligada ao Conselho Nacional de Saúde, e o DECIT, assim como em órgãos de fomento à pesquisa e ao ensino pós-graduado em saúde.

Além disso, o GT realiza uma intensa programação de oficinas, mini-cursos e sessões coordenadas nos congressos da Abrasco, assim como também participa de outros fóruns relevantes ao debate sobre saúde indígena, destacando-se o grupo sobre demografia indígena da Associação Brasileira de Estudos de População (ABEP). Vale destacar que, no período de 2008-2010, com participação da Abrasco, e de membros do GT, foi realizado o I Inquérito Nacional de Saúde e Nutrição dos Povos Indígenas, a mais ampla pesquisa sobre saúde indígena já conduzida no país.

A pesquisadora Ana Pontes, atual coordenadora do GT, traz a discussão das universidades indígenas, onde os povos envolvidos têm autonomia na gestão do conhecimento e não são apenas discentes, mas também pesquisadores, formuladores, gestores, etc. Possuem um protagonismo real e trazem suas especificidades em seus diálogos com a academia, ao mesmo tempo em que questionam as formas hegemônicas de organização desta.

As questões com as quais GT pode contribuir na cooperação da universidade colaborativa tem a ver com a inserção e o protagonismo na produção de conhecimento na academia. Ou seja, este processo de diálogos da academia com os povos indígenas, apoiaria ações afirmativas dos últimos anos, uma ocupação indígena das universidades, em que cada vez mais reconhece-se que a universidade também é terreno indígena. A partir daí, os indígenas trazem vários questionamentos do ponto de vista do que ciência, de como ciência da inclusão e do reconhecimento da diversidade dos modos de produção científica legitimidade da produção científica indígena.

Portanto, “de nada sobre nós sem nós”, que eles sejam autores das produções acadêmicas, trazendo reflexões sobre o lugar indígena na academia e da construção

de espaços nas universidades como território indígena. Ou seja, de inclusão de suas lógicas, seu pensamento, de seus conhecedores, da multiplicidade de linguagem e de também perceber a pesquisa colaborativa neste sentido.

Coordenação: Ana Lucia de Moura Pontes

Membros: Aline Alves Ferreira; Andrey Moreira Cardoso; Carlos E.A. Coimbra Jr; Eliana E. Diehl; Esther Jean Langdon; Felipe Guimarães Tavares; Gerson Luiz Marinho; Hernane Santos Junior; Inara do Nascimento Tavares; James R. Welch; Luiza Pereira Garnelo; Maurício Soares Leite; Nayara Begalli Scalco Vieira; Ricardo Ventura Santos; Rui Arantes; Silvia Maria Ferreira Guimarães e Thiago Santos de Araujo.

► **A ORGANIZAÇÃO DE MISSÕES CIENTÍFICAS E POPULARES, CARAVANAS TERRITORIAIS, A EXEMPLO DO RIO DOCE E DO SÃO FRANCISCO**

O objetivo de missões e caravanas como essas é aproximar pesquisadores, instituições e sujeitos presentes nos territórios afetados por graves impactos socioambientais do desenvolvimento (sejam aqueles gerados por desastres sejam os associados ao funcionamento ordinário de empreendimentos social e ambientalmente impactantes).

Nesses momentos se intensificam as vivências e as oportunidades de um tornar comum que ampliam as compreensões mútuas a respeito dos problemas e dos potenciais soluções. O objetivo é aprofundar diagnósticos e potencializar outros caminhos a partir de diálogos e interações mais profundas entre os agentes sociais envolvidos. Em geral, essas iniciativas são vistas como mais urgentes em momentos de crise, seja porque algum desastre amplificou as ameaças já existentes sobre a vida das populações seja porque a instalação de novos empreendimentos também o faz. As caravanas metamorfoseiam as crises em oportunidades de criar novos sentipensares e de se coracionar com a imersão nos territórios atingidos.

Caravana Territorial da Bacia do Rio Doce

Partilhando um sentimento de justiça, indignação, luta e resistência frente ao crime ocorrido na bacia após o rompimento da Barragem de Fundão, da empresa Samarco, a Caravana Territorial da Bacia do Rio Doce foi uma iniciativa coletiva e independente de mais 60 organizações em rede, entre coletivos, associações, grupos de pesquisa e movimentos sociais que procuraram dialogar e compartilhar com a população da bacia, seja no campo ou na cidade, as leituras, os olhares, as denúncias e os anúncios envolvidos neste crime, provocando um fazer político-pedagógico comprometido com o fortalecimento da articulação e mobilização dos povos e comunidades em busca de justiça, dos direitos e de novos horizontes de sentido para a vida.

Foram mais de 1.000 pessoas que de alguma forma interagiram com a Caravana, participaram, contribuíram, somaram. Foram agricultores/as, pescadores/as, moradores, indígenas, estudantes, movimentos sociais, sindicatos, educadores e comunicadores populares, professores universitários, pesquisadores, repórteres, ativistas em direitos humanos, associações profissionais e científicas, religiosas e muitos outros que aportaram novas forças frente ao desastre (BARCELO et al., 2014).

Caravanas da Bacia do Rio São Francisco

No mês de agosto de 2007, sob a coordenação de Apolo Heringer Lisboa, gerente do Projeto Manuelzão de Minas Gerais, foi formada uma Caravana para discussão de temas relacionados à Transposição e Revitalização do rio São Francisco, e desenvolvimento do Semi-árido brasileiro.

Durante 15 dias e visitando 11 estados brasileiros (Minas Gerais, Rio de Janeiro, Distrito Federal, São Paulo, Rio Grande do Norte, Ceará, Pernambuco, Paraíba, Bahia, Sergipe e Alagoas), a Caravana promoveu discussões entre técnicos especialistas em meio ambiente e recursos hídricos, representantes do Comitê de Bacia do Rio São Francisco, representantes do Ministério Público, dirigentes de movimentos sociais e de defesa do meio ambiente e representante das comunidades tradicionais da bacia do São Francisco (SUASSUNA, 2007).

Uma iniciativa semelhante ocorreu em 2017, quando mais de 50 organizações sociais, públicas e da sociedade civil, incluindo ONGs, movimentos sociais, Universidades, Centros de pesquisas, dentre outras, que participam da Caravana Agroecológica do Semiárido Baiano, estão fazendo um importante levantamento sobre as ações e projetos que provocam a destruição da biodiversidade que ainda existe na bacia do Rio São Francisco. Essa caravana denominada, "Nos caminhos das águas do São Francisco" começou na tarde desta segunda (26), em Juazeiro e se estende até o dia 30 de junho, com um momento de culminância no auditório da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), também em Juazeiro.

Realizada com um importante aporte e logística da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), da Promotoria Pública do Meio Ambiente da Bahia e da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), a Caravana ocorre em duas rotas, uma pela região do rio Salitre e outra, pelo entorno do Lago de Sobradinho.

No primeiro momento de estudos e constatações, os agentes ambientais e representantes de Ongs e movimentos sociais traçaram um panorama do quanto os empreendimentos econômicos como: mineradoras, parques de energia eólica e barragens e o descaso do poder público, contribuem para a destruição do São Francisco e seus afluentes. Rubem Siqueira da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Celito Kerstering, professor da Univasf, contaram o quanto as populações de pescadores, fundos de pastos, quilombolas e indígenas, por exemplo, vem sendo massacradas com esses projetos que destroem a Caatinga, os solos, as águas e outros bens naturais ao longo do São Francisco. Eles destacaram de modo muito especial, os males trazidos pela construção da Barragem de Sobradinho que expulsou mais 70 mil pessoas de suas terras nos anos 70.

É importante registrar que a Caravana, em suas duas rotas, além de denunciar a morte do rio e do povo, destacam a resistências das comunidades a esses projetos, além de suas experiências de produção sustentável com base nos princípios da Agroecologia e da Convivência com Semiárido que muito ajudam na manutenção dessas comunidades que insistem em não morrer junto com o Rio São Francisco (IRPAA, 2017).

ANEXO III

FOTOS





Grupos de Trabalho – LUCI

GRUPO A

Marcelo Firpo – ENSP

José Inácio - ENSP

Gil Sevalho - ENSP

Edmundo Gallo - Fórum

Denise Silva - GEREB

Aline Gurgel - IAM

Cristina Araripe - VPEIC

Dominich Sá - COC

Maurício Monken – EPSJV

Sandra Fraga – VPAAPS

Grupos de Trabalho – LUCI

GRUPO B

Marina Fasanello – ENSP

Ana Lucia Pontes – ENSP

Tatiana Vargas – ENSP

Vagner Nascimento – Fórum

Fernando Carneiro – Ceará

Christovan Barcellos – ICICT

Romulo Paes – IRR

Gabriel Lopes – COC

Juliana Rulli - VPAAPS

Virginia Almeida -VPAAPS







**Cooperação com a Universidade Paris 8, Universidade de Coimbra
(Centro de Ecologia Funcional - CEF e Centro de Estudos Sociais - CES) e
Universidade Nova de Lisboa, na perspectiva do Projeto da Universidade
Cooperativa Internacional – LUCI¹**

¹ LUCI – sigla de L´Universit  Cooperative Internacionale, alusiva ao f ssil mais antigo até hoje descoberto, do sexo feminino, nominada de LUCY pelos pesquisadores que a descobriram. O projeto LUCI, portanto, traz em si a valoriza o da dimensão ancestral da vida humana.

